

Pluralismo ou Paralelismo? O comentário político nos noticiários do *prime-time* na televisão portuguesa

Rita Figueiras

Universidade Católica Portuguesa

E-mail: figueirasrita@gmail.com

Resumo

Neste estudo sobre a opinião nos noticiários televisivos, perspetivamos o comentário como um indicador da relação entre a política e os media em Portugal. Analisamos o perfil dos comentadores nos noticiários de *prime-time* nos canais generalistas e por cabo (2000-2015). A análise quantitativa e longitudinal evidenciou a partilha do espaço de opinião entre jornalistas e políticos e permitiu constatar que o aumento da presença de políticos não implicou a diminuição de jornalistas no comentário televisivo ao longo dos anos. O estudo identificou, também, uma divisão do espaço de opinião entre os partidos de poder e uma maior presença de comentadores proveni-

entes de partidos de direita. Os resultados revelam que os modelos de interação entre os media e a política teorizados pelo paralelismo político e pelo intervencionismo jornalístico ajudam-nos a argumentar que a coalizão dos media em torno dos partidos do poder e, simultaneamente, a autonomia dos meios de comunicação são ambos factores explicativos da forma como o espaço de comentário nos noticiários do *prime-time* evoluiu ao longo do tempo. Este estudo permite-nos, assim, sugerir que a composição do espaço de comentário reflete e é, igualmente, o reflexo da complexidade da relação entre os media e a política em Portugal.

Palavras-chave: comentário político; televisão; paralelismo político; intervencionismo jornalístico.

Pluralism or Parallelism? Political commentary in the Portuguese primetime newscasts

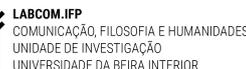
Abstract

This study about political commentary in the newscasts looks at commentary as an indicator of the relationship between the media and politics in Portugal. In order to do that, the profile of commentators is analyzed in both free-to-air and cable network channels, from 2000 to 2015. The quantitative and longitudinal analysis showed that television commentary slots are occupied mainly both by journalists and politicians, and that the increasing presence of

one profile did not imply the declining presence of the other throughout time. The study also showed a division of the commentary slots between the power parties and a stronger presence of commentators coming from the right-wing parties. Results indicate that the interactional models between the media and politics theorized by the concepts of political parallelism and journalistic interventionism help us to argue that the media coalition around the power parties

Data de submissão: 11-01-2018. Data de aprovação: 18-03-2018.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



and also the autonomy of the media are both explanatory factors of how prime-time commentary has evolved throughout time. This study suggests that primetime punditry reflects and it is also a consequence of the complex relationship between media and politics in Portugal.

Keywords: political commentary; television; political parallelism; journalistic interventionism.

Introdução

NO quadro das sociedades democráticas, a interação entre o jornalismo e a política caracteriza-se por um elevado nível de ambivalência, oscilando entre a cumplicidade e o confronto. Esta relação tem assumido contornos diversos ao longo do tempo e do espaço (Blumler & Kavanagh, 1999; Mazzoleni & Schulz, 1999; Meyer, 2002), tendo, no século XXI, emergido novas tendências – mais complexas, multidimensionais e não-lineares – que têm conduzido a mudanças nesta relação, nomeadamente, impulsionadas pelo processo de mediatização da política e da crescente adaptação da lógica política à lógica dos media (Esser & Strömbäck, 2014; Marcinkowski, 2014; Figueiras, 2017a).

A aproximação à lógica dos media tem sido uma das formas primordiais que o sistema político tem encontrado para manter a ligação com os cidadãos-eleitores e se adaptar à crescente centralidade dos media na comunicação política contemporânea. Como a legitimidade da política democrática depende do suporte público, os políticos têm um grande interesse nos palcos dos media, mas sabem que esse acesso é condicional e, por isso, sentem-se sob pressão para encontrarem estratégias variadas que garantam esse mesmo acesso. Estes atores consideram que ao aplicarem as regras dos media vão conseguir influenciar a forma como os meios de comunicação falam sobre eles. Consideram, também, que quanto mais depressa aprenderem a antecipar as regras dos meios de comunicação, e quanto melhor se submeterem a elas para tentarem influenciar a sua mediatização, maior será a probabilidade de terem “boa imprensa”.

Assim, a incorporação da lógica dos media nas práticas políticas levou a que, às tradicionais funções substantivas da política, se agregassem outras, relacionadas com a produção de eventos, adaptação discursiva e gestão da visibilidade mediática (Meyer, 2002; Louw, 2005). Todavia, importa ressaltar que a incorporação da lógica dos media na atividade política não substituiu a sua lógica original, mas integrou-se nela. O que se verifica é o que James Mahoney e Kathleen Thelen (2010) designam por *institutional layering*. A mediatização da política pode ser descrita como a introdução de novas regras (mediáticas) a somar a outras regras (políticas) já existentes (Figueiras, 2017a).

Neste enquadramento, perspetivamos o estudo que aqui apresentamos como um indicador da relação entre os media e a política em Portugal. Para tal, analisamos o perfil dos comentadores fixos nos noticiários nacionais de *prime-time* na televisão generalista e por cabo, entre 2000 e 2015. Por forma a aferir as características da relação entre os media e a política, em Portugal, utilizamos os conceitos de “pluralismo político” (Blumler & Gurevitch, 1991; Norris, 2000), de “paralelismo político” (Hallin & Mancini, 2004) e de “intervencionismo jornalístico” (Aalberg, Strömbäck & de Vreese, 2012) como eixos teóricos da investigação, uma vez que estes conceitos sintetizam os modelos relacionais dominantes entre os media e a política nas democracias ocidentais.

A análise quantitativa e longitudinal realizada evidenciou a partilha do espaço de opinião entre jornalistas e políticos e permitiu-nos constatar que o aumento da presença de políticos não implicou a diminuição de jornalistas no comentário televisivo ao longo dos anos. O estudo identificou também uma divisão do espaço de opinião entre os partidos de poder e uma maior presença de comentadores provenientes de partidos de direita. Os resultados revelam que os modelos de interação entre os media e a política, traduzidos nos conceitos de paralelismo político e o de intervencionismo jornalístico, ajudam-nos a compreender as características do espaço de opinião nos noticiários portugueses e a argumentar que a coalizão dos media em torno dos partidos do poder e, simultaneamente, a autonomia dos meios de comunicação são ambos factores explicativos da forma como o espaço de comentário nos noticiários do *prime-time* evoluiu ao longo do tempo. Este estudo permite-nos, assim, sugerir que a composição do espaço de comentário reflete e é, igualmente, o reflexo da complexidade da relação entre os media e a política em Portugal.

O artigo começa por debater os conceitos de pluralismo político, de paralelismo político e de intervencionismo jornalístico, bem como as especificidades do caso português como país sob o modelo polarizado-pluralista, tal como originalmente conceptualizado por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004, 2010). Depois de apresentar a metodologia, o artigo discute os resultados do estudo empírico realizado e que permitem compreender as características do comentário do *prime-time*, utilizado neste estudo como um indicador da relação entre os meios de comunicação e a política em Portugal.

A Relação entre os Media e a Política: O Pluralismo Político, o Paralelismo Político e o Intervencionismo Jornalístico

A relação entre os media e a política pode ser caracterizada por uma dependência mútua, tendo em conta que ambas as partes precisam dos recursos uma da outra para atingir os seus objetivos: os políticos dependem dos media para alcançarem visibilidade e os jornalistas precisam dos políticos para obterem informação (Swanson, 1992; Blumler & Kavanagh, 1999; Strömbäck, 2008; Esser & Strömbäck, 2014). No quadro das sociedades democráticas, esta relação tem sido teorizada de modos diversos e pode ser sintetizada em três conceitos distintos: o pluralismo político, o paralelismo político e o intervencionismo jornalístico.

O pluralismo político está inscrito na matriz fundacional dos media enquanto instituição basilar para a qualidade das democracias (Habermas, 1987; Blumler & Gurevitch, 1991; Norris, 2000; Keane, 2002). Este conceito sintetiza um modelo relacional que atribui aos media um estatuto de quarto poder, na linha da teoria dos *checks and balances* e a divisão dos poderes. Neste âmbito, o processo de diferenciação social instigado pela modernização – e que está na base da emergência dos media enquanto sistema independente da política – foi fundamental para sustentar o pensamento político de filósofos como Jeremy Bentham, James Mill ou John Stuart Mill, que entendiam a autonomia da imprensa como condição essencial para esta poder assumir o papel de *fórum cívico* (garantir e encorajar um debate plural sobre os assuntos públicos), de *agente mobilizador* (contribuir para a participação dos indivíduos e para a consciencialização dos assuntos públicos que conduzam a uma melhor participação no processo político) e, simultaneamente, desempenhar

o papel de *watchdog* (escrutinar o poder político contra os abusos de poder) (Norris, 2000, pp. 22-35).

Se o conceito de pluralismo reflete uma concepção normativa, e idealizada, dos media enquanto instituição que se orienta pelo interesse público e que é independente e equidistante do poder político, o conceito de paralelismo parece traduzir de modo mais pragmático a relação histórica entre os media e o poder político (Schudson, 1978; Habermas, 1987; Mancini, 2012).

Cunhado inicialmente por Colin Seymour-Ure (1974), e reelaborado por Jay Blumler e Michael Gurevitch (1975), o paralelismo político descreve um modelo de ligação em que o sistema mediático reproduz, numa relação de homologia, as características do sistema político, que são acompanhadas também pelas tendências políticas das suas audiências. *Grosso modo*, esta relação manifesta-se de duas maneiras: através de veículos mediáticos alinhados com as posições políticas dominantes – como historicamente se verificou, por exemplo, na Grã-Bretanha e em Espanha –, ou através de um sistema no qual o acesso aos meios de comunicação é repartido entre os diferentes partidos políticos dominantes – como no sistema de *lottizzazione* italiano ou no de pilares holandês (Hallin & Mancini 2004, 2010; Albuquerque, 2013).

Se a propriedade de um título de jornal é a manifestação mais óbvia e direta de ligação entre imprensa e partidos, outras formas de paralelismo mais subtis manifestam-se através da partilha de temas, objetivos ou agendas. Ou seja, apesar do definhar da imprensa partidária na segunda metade do século XX, a relação estreita entre os meios de comunicação e os partidos políticos continuou a verificar-se, nomeadamente através de um modelo de interação assente na coalizão entre os media e os principais partidos políticos. Gianpietro Mazzoleni (2004, p. 6) engloba este tipo de relação no que define por “modelo colateral” entre as elites políticas e os principais meios de comunicação. Os media partilham pontos de vista expressos pelas elites políticas, o que os leva a apoiar posições próximas do *status quo*. Esta compatibilidade de interesses verifica-se porque a política *mainstream* oferece melhores garantias para as empresas de media continuarem a operar num certo macro-contexto político-económico.

De acordo com Mazzoleni, em oposição ao “modelo de confronto” anglo-saxónico, o “modelo colateral” reflete melhor a tradição europeia de laços culturais entre os media e os partidos. Esta perspetiva encontra eco no trabalho de Juan Pablo Antero (2015), onde o autor demonstra que a generalidade da imprensa e da televisão europeias tendem a agrupar-se em torno das duas forças políticas dominantes de centro-esquerda e de centro-direita. Esta questão torna-se ainda mais relevante se tivermos em conta que o modelo relacional da coalizão parece ser uma condição *sine qua non* para um partido político ganhar eleições e se manter como partido de poder. Em sentido inverso, os partidos mais pequenos têm uma influência política menor sobre os meios de comunicação. Todavia, a longo prazo, tal não significa que estes partidos não consigam estabelecer uma relação de coalizão com os media, nomeadamente os partidos desafiadores. Os media são instituições que valorizam o *status quo*, mas são também organizações adaptativas que se vão ajustando às novas tendências em curso na sociedade, nos sistemas partidários e no mercado dos media. Exemplo disto mesmo foi a elevada visibilidade mediática concedida a alguns partidos de extrema-direita nas eleições em França e na Holanda, decorridas ambas em 2017.

Mazzoleni considera que o modelo colateral é mais evidente em determinadas regiões da Europa. Em contextos nacionais onde a influência política parece ser mais forte, como nos países do

sul, os interesses políticos dos media e das elites partidárias tendem a ser mais próximos e essa relação pode ser descrita como uma dependência imbricada, explicando-se assim o paralelismo político.

No mesmo sentido, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) argumentam que o paralelismo político é uma variável central – a par do papel do estado, da dimensão do mercado e dos níveis de circulação da imprensa – para diferenciar os sistemas mediáticos entre si. Segundo estes autores, o paralelismo político é uma das características fundamentais do modelo polarizado-pluralista, onde agrupam os países do sul da europa: Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Um mercado de media débil e uma menor profissionalização dos jornalistas favorece o controlo dos media por agentes externos, como partidos políticos, grupos ou movimentos sociais, ou até mesmo agentes económicos que procuram influência política e que, para tal, se servem dos media para pressionar governos e interferir em decisões de natureza legislativa. Esta interação entre os media e a política no sul da europa descreve uma dinâmica clientelar que traduz um paralelismo político, ou seja, “um grau de paralelismo entre a estrutura do sistema de media e do sistema partidário” (2004, p. 27).

No entanto, Portugal parece não ser um exemplo prototípico deste modelo (Figueiras, 2017b). Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos (2002, p. 19) reconheceram que a instrumentalização dos meios de comunicação pelos partidos políticos pode ter sido menos intensa em Portugal do que em outros países do sul da europa. Tal verificou-se porque o Estado Novo não permitiu o desenvolvimento do sistema político assente em partidos políticos, criando um regime de partido único (Costa Pinto, 2002). Além disso, após a revolução de 1974, os partidos políticos recém-formados edificaram a sua identidade mais em torno da definição do regime português – uma democracia ocidental ou uma república socialista de inspiração soviética – do que da sua definição ideológica (Freire *et al*, 2004). Durante este período, a instabilidade enfrentada pelos meios de comunicação portugueses, devido ao intenso partidarismo das redações, conduziu a uma cultura de aversão à instrumentalização política e à vontade de consolidar o profissionalismo jornalístico. Acresce que a competição entre partidos políticos para conquistar uma parte do espaço mediático (Mancini, 2009), desenvolveu-se mais nos mercados maiores e mais competitivos do sul da europa. A pequena dimensão do mercado de jornais em Portugal não favoreceu este tipo de divisão estrutural, tal como se verificou em Espanha, por exemplo.

Em conjunto, todos esses fatores conduziram à erosão das características do modelo polarizado-pluralista que descreveu o cenário dos media em Portugal no contexto pós-revolucionário, e promoveu um caminho distinto para o sistema dos media nacional. Este mantém algumas das características originais do modelo polarizado-pluralista, mas também contém elementos de profissionalização jornalística enquadrados por leis em defesa da liberdade e pluralismo, práticas de autorregulação e entidades estatais reguladoras, para além de uma comercialização do setor e uma dependência forte do mercado (Figueiras, 2014; Martins, 2015).

À medida que as empresas de media se estruturam em torno da dimensão comercial e se tornam cada vez mais autónomas de outras instituições sociais, tendem a ser regidas pela sua própria lógica interna (Blumler & Kavanagh, 1999; Mazzoleni & Schulz, 1999; Altheide, 2013; Esser & Strömbäck, 2014; Marcinkowski, 2014). O poder discricionário dos media em moldar a política – agenda política, representação política e a percepção da audiência acerca da política –, de acordo

com os seus próprios interesses, caracteriza o modelo de interação entre os media e a política descrito pelo intervencionismo jornalístico. Este conceito descreve um conjunto de estratégias utilizadas pelo jornalismo para manter o controlo sobre a produção noticiosa face à interferência política e conduzir esta relação (Aalberg *et al.*, 2012; Strömbäck & Dimitrova, 2011).

Um dos principais indicadores do intervencionismo são os formatos dominantes na cobertura jornalística da política e que mais têm condicionado a percepção que os cidadãos têm do sistema político. Os media têm uma tendência forte para enquadrar a política como um “jogo” e como uma “estratégia”, ainda que haja graus distintos em diferentes países e em diferentes media, nomeadamente públicos e privados (Aalberg & Curran, 2012; Aalberg, Strömbäck & de Vreese, 2012). Estes enquadramentos focam-se em quem está a ganhar e a perder na luta política, bem como na intencionalidade da ação dos atores políticos.

Um outro exemplo de intervencionismo dos jornalistas é-nos dado pela extensão das declarações dos políticos incluídas nas peças jornalísticas (Hallin, 1992): os media decidem por quanto tempo os políticos estão autorizados a falar em discurso direto nas peças noticiosas. Na cobertura de notícias de televisão de campanhas eleitorais, por exemplo, os *sound bites* dos candidatos têm encolhido dramaticamente e de modo proporcionalmente inverso à voz dos jornalistas (Cunha & Figueiras, 2013).

O intervencionismo verifica-se ainda quando os jornalistas, ao encerrarem os diretos, reorganizam o discurso do político com o que consideram ser o mais relevante do que foi dito. Outro elemento igualmente importante é o predomínio da voz do jornalista, em *voice over*, sobre imagens dos protagonistas políticos (Farnsworth e Lichter, 2006; Grabe e Bucy, 2009).

Em termos simbólicos e reais, o intervencionismo, sob a forma destas várias modalidades, descreve a capacidade dos media em conduzir a atividade política, sendo esta capacidade uma manifestação do processo crescente de mediação da política.

De entre os estudos realizados em Portugal relevantes para contextualizarmos a investigação empírica em debate neste artigo, destacamos os trabalhos desenvolvidos pela ERC sobre o pluralismo político na informação dos canais públicos (RTP1, RTP2 e RTPN) e privados (SIC e TVI). Desde 2011 que os relatórios produzidos indicam que a atenção concedida aos diferentes partidos e ao governo é semelhante nos quatro generalistas, não se registando variações significativas entre os canais públicos e os privados.

A cobertura tem-se dividido primordialmente entre o governo e os partidos com representação parlamentar, mas, ao longo dos anos, tem aumentado a presença de forças sociais fora do âmbito partidário, colocadas como contraponto ao governo e aos partidos. Os relatórios também indicam que, quanto maior é a atenção concedida ao governo, mais negativa é a cobertura noticiosa de quem lidera o executivo. O maior partido da oposição é o que granjeia maior atenção, enquanto o partido de governo tende a diluir-se na cobertura governativa e numa presença significativamente inferior à do maior partido da oposição. Por sua vez, os partidos sem representação parlamentar têm uma presença entre o residual (< 1%) e a ausência total.

O estudo exploratório sobre os comentadores “residentes” na televisão portuguesa nos meses de abril e maio de 2016 (Crisóstomo *et al.*, 2016) oferece pistas relevantes sobre a questão do pluralismo político no comentário. Dos 53 comentadores políticos contabilizados nesta investigação,

27 eram militantes partidários: 11 membros do PSD, 7 do PS, 4 do BE, 3 do CDS-PP e 1 do PCP e outro do Livre (que transitou do BE).

Estes dados estão em linha com os trabalhos de Rita Figueiras (2005, 2009, 2011) sobre o comentário na imprensa de referência portuguesa. Na primeira metade da década de 2000, destacou-se o grau de paralelismo entre a composição do espaço de opinião e do sistema partidário português e, em particular, o predomínio dos partidos de poder. Se em 2000 e 2001, o PS e o PSD tinham uma presença quase equitativa nas colunas de opinião, a partir de 2002 os dois partidos distanciaram-se devido a um investimento em comentadores provenientes do PS, mas também a um desinvestimento no PSD nos anos em que este partido liderou o executivo numa coligação com o CDS. Curiosamente, após ter passado pelo governo, a presença do CDS aumentou de 3 para 8 colaborações. Por sua vez, o BE teve uma presença mais ou menos constante ao longo dos anos, enquanto a CDU foi o partido menos representada na opinião. A conjugação de uma agenda política pós-materialista e um capital mediático elevado – uma linguagem política em linha com a lógica dos media e comentadores com ligação aos media anterior à formalização do partido – podem ajudar a explicar o destaque do BE no comentário.

Os vários estudos citados denotam um paralelismo político entre os media e a política, com os meios de comunicação a centrarem-se em torno das duas forças políticas dominantes de centro-esquerda e de centro-direita. Esta tendência é reforçada pela cobertura noticiosa residual de partidos extraparlamentares e a ausência de comentadores provenientes destes partidos, e numa configuração que reflete a distribuição partidária dominante em cada legislatura. Todavia, isto não significa que possamos afirmar que estamos perante uma governamentalização dos media, mas antes que os media parecem antes refletir uma composição de contrapeso, ou contrapoder, manifesta numa cobertura noticiosa menos favorável ao governo e numa configuração do comentário em torno do maior partido da oposição.

É neste contexto que pretendemos perceber a composição do comentário nos noticiários de *prime-time* na televisão portuguesa. Este estudo permite-nos aferir se estes espaços de comentário revelam características semelhantes às verificadas na cobertura jornalística da política e da composição do espaço opinião da imprensa de referência portuguesa, ou se o espaço de comentário da televisão traduz uma relação mais complexa e matizada da interação entre os media e a política em Portugal.

Metodologia

Tal como noutros países ocidentais, a televisão – e, em particular, os noticiários de *prime-time* –, continua a ser a fonte de informação mais importante em Portugal (Cardoso *et al.*, 2015: 7). Por essa razão, a análise centra-se no comentário integrado nos noticiários de horário nobre (emitidos a partir das 20 horas) dos canais de televisão generalistas RTP1, SIC e TVI, e dos canais de notícias RTP3¹, SIC Notícias e TVI24 (emitidos a partir das 21 horas).

A recolha e o tratamento dos dados foram feitos pela autora do estudo. Os dados foram coligidos através da monitorização dos noticiários de *prime-time* dos canais em análise. A recolha

1. A RTP comprou o seu canal de notícias em 2004 e desde então esse canal mudou de designação por três vezes: RTP Notícias (2004-2011), RTP Informação (2011-2015) e chama-se RTP3, desde 2015

foi complementada por informação obtida nos sítios das emissoras e em peças jornalísticas publicadas sobre o tema. Foi ainda estabelecido contacto direto com os canais de televisão de modo a colmatar ou confirmar dados e datas.

Após a inventariação dos comentadores por canal/ano, numa segunda etapa do tratamento dos dados foi identificada a atividade profissional dos comentadores no sítio do parlamento português e de outras organizações, como, por exemplo, instituições universitárias, empresas de media e escritórios de advogados.

A análise abrange o período temporal compreendido entre 2000 e 2015. A escolha deste período temporal deve-se ao facto de ter sido no ano 2000 que o comentário fixo, e de regularidade semanal, se instituiu nos noticiários de *prime-time* na televisão portuguesa. Além disso, foi na década de 2000 que os canais de televisão por cabo começaram a operar, aumentando ainda mais a competitividade no mercado dos media em Portugal (Figueiras, 2014; Martins, 2015).

Foi também durante este período que se assistiu a uma profissionalização crescente da comunicação política, visível numa adaptação ativa dos atores e instituições políticas portuguesas – como o governo e os partidos políticos – à lógica mediática. Desde então aumentou o número de especialistas na área da comunicação a trabalhar nas mais diversas instituições políticas, que passaram a incluir gabinetes de comunicação com a tarefa de definir, implementar, gerir e monitorizar a visibilidade pública das instituições e atores políticos.

A abordagem quantitativa e longitudinal deste estudo permitirá investigar como tem evoluído ao longo do tempo o comentário nos noticiários televisivos e testar as hipóteses elaboradas, que se apresentam de seguida.

Perspetivando o comentário como uma componente importante dos noticiários e, consequentemente, como um conteúdo noticioso, consideramos o jornalista-comentador como um indicador do modo como o jornalismo se posiciona face à política e está na base da primeira hipótese (H1) deste estudo: a visibilidade dos jornalistas como comentadores aumentará ao longo do tempo. Dito isto, e tendo em conta a tradição de cooperação entre os partidos políticos e os meios de comunicação social em Portugal, a segunda hipótese (H2) é: a visibilidade dos políticos não diminuirá ao longo do tempo.

Sob esta tradição clientelar entre os media e a política, patente no descrito paralelismo político, os partidos dominantes têm uma maior presença nos estúdios de televisão e essa coalizão está patente na nossa terceira hipótese (H3): os comentadores são provenientes maioritariamente dos principais partidos políticos. Tendo esta ideia em mente, e considerando que no período analisado, o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) governaram o país praticamente durante o mesmo período de tempo, a quarta hipótese (H4) desta investigação é: a seleção de comentadores de ambos os partidos tem sido equilibrada ao longo dos anos em análise.

Estruturado deste modo, consideramos que este estudo permite fornecer elementos para sustentar o debate central desta pesquisa sobre o comentário como um indicador da relação entre a política e os media em Portugal.

Dados e discussão dos resultados

O comentário, tal como hoje o conhecemos, chegou à televisão portuguesa em 2000 com a contratação de Marcelo Rebelo de Sousa para comentador do *Jornal Nacional* da TVI. A entrada do comentário num noticiário dirigido ao grande público democratizou o acesso à opinião e massificou um produto de nicho, até então consumido apenas pela elite nacional na imprensa de referência (Figueiras, 2009).

O êxito de Marcelo guindou a figura do comentador na sociedade portuguesa a um patamar totalmente novo e fez com que o comentário se tornasse uma componente estruturante das emissões dos canais de televisão generalistas no novo milénio. Ainda no ano 2000, a TVI contratou Miguel Sousa Tavares e, em 2002, a RTP1 incluiu dois comentadores – José Sócrates e Pedro Santana Lopes – num dos seus noticiários da noite. No ano seguinte, este último comentador transitou para o *Jornal da Noite* da SIC, fazendo parte de uma carteira de comentadores fixos que incluía também José Pacheco Pereira e Manuel Maria Carrilho, aos quais, no ano seguinte, se haveria de juntar António Costa.

Nos primeiros anos da década, o comentário não era uma rubrica regular e estável nos noticiários dos canais generalistas (Tabela 1). Tal só veio a acontecer a partir de 2010, ano em que todas as emissoras passaram a contar com a presença regular de um comentador num determinado dia fixo da semana. A tabela 1 também mostra que estes espaços de comentário foram inaugurados por políticos e que este perfil se destacou ao longo dos anos². Estes comentadores têm em comum o facto de desempenharem, terem desempenhado, ou virem a desempenhar, posições de topo na política nacional, como são os casos de António Costa, José Sócrates, Luís Marques Mendes, Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Santana Lopes.

Apesar de se verificar uma maior presença de comentadores oriundos da política, o espaço de opinião nos três noticiários generalistas tem sido partilhado com jornalistas³. A exceção registou-se durante alguns meses quando Vasco Pulido Valente foi comentador no *Jornal Nacional* da TVI (2009), mas, mesmo este comentador, tem no seu passado ligações a ambas os campos referidos.

Os dados agregados indicam que, entre 2000 e 2015, a presença de políticos e de jornalistas nos espaços de comentário nos noticiários generalistas tem combinado modalidades distintas: partilha equitativa entre ambos (2000-2001), mais políticos do que jornalistas (2002-2011; 2013-2014) e mais jornalistas do que políticos (2012; 2015). De registar que, no conjunto dos canais, em nenhum ano encontramos apenas jornalistas ou políticos a comentarem nos noticiários.

No entanto, se olharmos para cada uma das emissoras em particular encontramos nuances que sugerem diferentes estratégias de gestão do espaço de opinião. Durante 15 anos, a RTP1 teve exclusivamente comentadores provenientes da política, para em 2015 mudar radicalmente de rumo: nesse ano encontramos apenas jornalistas como comentadores fixos, sendo a presença no *Telejornal* definida não por uma qualquer periodicidade, mas pelos temas em agenda.

2. Os comentadores com ligação à política são: Pedro Santana Lopes, José Sócrates, antes de depois de ser Primeiro-Ministro, Marcelo Rebelo de Sousa, António Vitorino e Nuno Morais Sarmento (RTP1); Pedro Santana Lopes, António Costa, Manuel Maria Carrilho, José Pacheco Pereira, Luís Marques Mendes (SIC) e Marcelo Rebelo de Sousa, Manuel Maria Carrilho, Pedro Santana Lopes e Fernando Medina (TVI).

3. Os comentadores oriundos do jornalismo são: André Macedo, José Manuel Fernandes e Paulo Dentinho (RTP1); Miguel Sousa Tavares (SIC) e Miguel Sousa Tavares e António Peres Metello (TVI)

Tabela 1. Perfil dos comentadores

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
G E N E R A L I S T A S	RTP1 Total Com.	0	0	2	2	0	2	2	2	2	2	2	0	0	2	2	3	
	J.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
	P.	0	0	2	2	0	2	2	2	2	2	2	0	0	2	2	0	
	SIC Total Com.	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2	2
	J.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
	P.	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	TVI Total Com.	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	2	4	4	2	2	2	2
	J.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
	P.	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	3	1	1	1	2
	A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Total Com. (RTP1+ SIC+T VI)	2	2	4	7	6	3	3	3	3	3	4	7	5	3	6	6	7
	J.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	4
P.	1	1	3	6	5	2	2	2	2	2	2	5	3	1	4	4	3	
A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
C A B O	RTPINF Total Com.						9	10	13	12	4	4	5	5	5	5	8	
	J.						2	2	2	0	4	4	4	5	5	5	8	
	P.						0	0	3	7	0	0	0	0	0	0	0	
	A.						7	8	8	5	0	0	0	0	0	0	0	
	Outros						0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	SICN Total Com.		6	6	6	5	5	6	6	5	7	7	7	9	15	15	14	
	J.		6	6	6	5	5	5	5	5	4	4	3	3	3	3	3	
	P.		0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	2	5	5	5	
	A.		0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	3	3	2	
	Outros		0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	4	4	2	
	TVI24 Total Com.											22	10	10	17	10	11	18
	J.											3	2	2	0	0	1	5
P.											16	5	5	16	10	10	13	
A.											3	3	3	0	0	0	0	
Outros											0	0	0	1	0	0	0	
Total Com. (RTPINF +SICN+ TVI24)		6	6	6	5	14	16	19	18	32	21	22	31	30	31	28		
J.		6	6	6	5	7	7	7	5	11	10	9	8	8	9	16		
P.		0	0	0	0	0	1	4	7	16	5	6	18	15	15	18		
A.		0	0	0	0	7	8	8	5	5	5	5	2	3	3	2		
Outros		0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	3	4	4	2		

Legenda: Com. = Comentadores; J = Jornalistas; P = Políticos; A = Académicos

O diretor de informação da RTP justificou a alteração do perfil dos comentadores por considerar que estes espaços singulares de comentário funcionavam como tempo de antena⁴. Esta mudança ocorreu depois de o ministro da tutela, Miguel Poiars Maduro, ter publicado um artigo de opinião no jornal *Público*, em sequência da aprovação dos novos estatutos da RTP. No artigo, o ministro afirmou que as mudanças visavam a desgovernamentalização do serviço público de media, a diminuição do risco de interferência política e a implementação de uma estratégia de governança que atuasse no interesse geral⁵.

4. *Observador*, 13 Abril 2015, <http://observador.pt/2015/04/13/rtp-acaba-politicos-comentadores/>

5. *Público*, 15 de dezembro de 2014.

Na TVI, a distribuição do comentário pelos dois perfis referidos tem também combinado modalidades distintas ao longo do tempo: partilha equitativa entre jornalistas e políticos (2000-2004; 2012-2014), apenas jornalistas (2005-2009), mais políticos do que jornalistas (2010-2011), e apenas políticos (desde 2015). A SIC começou por ter exclusivamente comentadores provenientes da política (2003-2004), para depois contar apenas com comentadores oriundos do jornalismo (2010-2012) e, finalmente, passar a repartir o espaço de opinião entre ambos (a partir de 2013).

Nos canais de cabo, o comentário é um elemento importante na estratégia das emissoras desde o arranque da SIC Notícias, em 2001, da RTP Notícias, em 2004, e da TVI24, em 2009 (Tabela 1). Este investimento tem sido contínuo ao longo dos anos e nos noticiários do *prime-time* encontramos, a par de espaços de opinião em nome individual, outros que incluem dois comentadores num dia fixo da semana.

Ao contrário do verificado nos canais generalistas, são os jornalistas que inauguram os espaços de comentário nos noticiários de *prime-time* no cabo, nomeadamente da SIC Notícias, em 2001. Os políticos chegam a este espaço em 2007, ano em que os académicos são o perfil dominante, mas cuja presença começa a diminuir em 2008, quando a dos políticos e dos jornalistas aumenta. Esta tendência contribuiu para que a diversidade dos perfis identificados no cabo, nos primeiros anos, tenha diminuído e convergido, à imagem dos generalistas, para um espaço dominado por comentadores com ligação às esferas política e jornalística.

Face a esta caracterização geral, salientamos especificidades de cada um dos noticiários do *prime-time*. Os políticos chegaram ao comentário da RTP Notícias em 2007, mas, a partir de 2009, o noticiário passa a contar apenas com jornalistas. Na TVI24, os políticos estiveram sempre em clara maioria, enquanto na SIC Notícias o comentário foi prerrogativa exclusiva dos jornalistas até 2005. A diminuição da sua presença coincidiu com uma diversificação do perfil dos comentadores, a partir de 2009 e, de modo ainda mais significativo, a partir de 2011. Desde então, encontramos jornalistas, políticos, académicos e juristas⁶, ainda que os políticos sejam o perfil dominante desde 2013.

No cômputo geral, verificamos que a referida mudança no perfil dos comentadores nos noticiários em horário nobre da televisão pública, de políticos para jornalistas (2015), já havia sido iniciada no canal de notícias por cabo da RTP alguns anos antes (2009). Esta estratégia pode ser interpretada como um movimento de autonomização do jornalismo na emissora pública. Nos canais comerciais, por outro lado, os dados indicam uma distribuição dos espaços de comentário entre jornalistas e políticos, ora de forma equilibrada ora com uma clara prevalência de um perfil sobre o outro, destacando-se, ainda assim, os políticos. No macro-contexto político-económico, o negócio da comunicação também se constrói através de uma relação privilegiada com o sistema político, legislador e regulador do mercado dos media. Deste modo, esta estratégia pode ser interpretada como um movimento do contínuo reafirmar da coalização entre ambos os campos.

Os dados confirmam, assim, a H1 e a H2: a visibilidade dos jornalistas não diminuiu ao longo dos anos, ao mesmo tempo que a visibilidade dos políticos aumentou durante o período temporal

6. É provável que a crescente presença de juristas esteja relacionada com a chamada “judicialização” da agenda dos *media*, decorrente da elevada mediatização dos casos Freeport, Face Oculta, Escutas, BPN, BPP, BES e Operação Marquês.

de análise. Os perfis dominantes no espaço de opinião dos noticiários televisivos, onde as lógicas mediática e política coabitam, sugerem que a complexidade do sistema mediático português – que assenta numa tradição clientelar entre o sistema político e o sistema mediático e, simultaneamente, numa afirmação da autonomia editorial do jornalismo – pode explicar a composição do espaço de comentário nos noticiários de *prime-time*.

A tabela 2 indica-nos os partidos de onde provêm os políticos comentadores. Os números demonstram que os políticos comentam nos canais generalistas e nos de cabo e que estes têm ligações aos partidos representados no parlamento. Todavia, os dados mostram também que há diferenças nos partidos presentes no comentário de *prime-time* quando confrontamos os canais de sinal aberto com os de subscrição.

Os políticos que comentam nos generalistas são membros do PSD e do PS, o que significa que o espaço de opinião nos noticiários de *prime-time* dos canais de televisão de sinal aberto provêm unicamente destes dois partidos de poder. Quando consideramos os dados por ano, percebemos que o centro-direita tem tido uma presença maior do que o centro-esquerda. No entanto, há diferenças quando se considera o serviço público contra os canais comerciais.

Na RTP1 houve sempre o mesmo número de comentadores provenientes de ambos os partidos nos noticiários no horário nobre. O princípio do pluralismo encontra-se expresso na Lei da Televisão como uma das obrigações gerais dos operadores generalistas e, em particular, como uma das obrigações do serviço público. O n.º 6 do artigo 38.º da Constituição portuguesa impõe que seja assegurada a “possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião” nos meios de comunicação do sector público. Este contexto legal ajuda a explicar o equilíbrio de presenças de comentadores provenientes da área do PS e do PSD no noticiário principal do canal 1 da RTP nos anos analisados: José Sócrates e Pedro Santana Lopes (2002-2003), António Vitorino e Marcelo Rebelo de Sousa (2005-2010), José Sócrates e Nuno Morais Sarmiento (2013-2014).

Por sua vez, os canais privados têm contado com comentadores provenientes da área do PS e do PSD, com este último a destacar-se em número e na longevidade das colaborações. Em vários anos encontramos, inclusive, apenas políticos deste partido no comentário da TVI (2000-2004; 2010; 2012-2014) e da SIC (2013-2015).

No geral, os comentadores estão alinhados com a sua área política, mas o predomínio de um partido num determinado momento, pode não se traduzir, necessariamente, em apoio à liderança partidária. Recorde-se que, em 2004, o então Ministro dos Assuntos Parlamentares do PSD, Rui Gomes da Silva, numa sessão no parlamento manifestou-se contra a ausência de contraditório nos comentários de Marcelo Rebelo de Sousa. Recorde-se, também, a hesitação deste mesmo partido em apoiar Marcelo às eleições presidenciais de 2016. Os políticos não-alinhados com os seus partidos são, todavia, uma exceção no comentário em Portugal. Este tende a ser um espaço de apoio às perspetivas do partido do comentador sobre os temas em debate.

É a partir de 2007 que começamos a encontrar políticos no comentário dos noticiários da RTP Notícias e da SIC Notícias. No canal público, os políticos comentam até 2008 e, apesar das prerrogativas do serviço público no cumprimento do pluralismo político, em nenhum destes anos encontramos comentadores da CDU no noticiário de *prime-time* do canal público.

Se em 2007 encontramos apenas comentadores do PSD e do CDS na SIC Notícias, quando os políticos regressam ao noticiário do canal, em 2011, encontramos, nesse ano e no seguinte, apenas

um comentador do PS. Em 2013 o espaço de comentário é composto por membros dos partidos do arco do governo, destacando-se o PSD. A partir do ano seguinte, Francisco Louçã, integra o BE no comentário do noticiário principal do canal.

A TVI24 conta com a colaboração de políticos nos seus noticiários de *prime-time* desde o arranque das suas emissões em 2009. Este é o canal com mais comentadores oriundos da política e também é o canal com uma carteira de comentadores com uma maior diversidade partidária. Apenas em 2010 e 2011, por serem anos em que encontramos exclusivamente comentadores oriundos PS e do PSD, é que os restantes partidos com assento parlamentar não comentaram no noticiário deste canal.

Tabela 2. Filiação partidária dos políticos comentadores

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
G E N E R A L I S T A S	RTP1 Total	0	0	2	2	0	2	2	2	2	2	2	0	0	2	2	0	
	PS	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	
	PSD	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	
	CDS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	CDU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	BE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	SIC Total	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	PS	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	PSD	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	CDS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CDU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	BE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TVI Total	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	3	3	1	1	1	2
PS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	
PSD	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	1	1	
CDS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CDU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total (RTP1+SIC +TVI)	1	1	3	6	5	2	2	2	2	3	5	3	3	1	4	4	3	
PS	0	0	1	2	2	1	1	1	1	1	2	1	1	0	1	1	1	
PSD	1	1	2	4	3	1	1	1	1	2	3	2	1	3	3	3	2	
CDS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CDU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
C A B O	RTPINF Total						0	0	3	7	0	0	0	0	0	0	0	
	PS						0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
	PSD						0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
	CDS						0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	
	CDU						0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	BE						0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	
	Outros						0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	SICN Total		0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	1	8	5	5	
	PS		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	2	
	PSD		0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	5	1	1	
	CDS		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	
	CDU		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	BE		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	Outros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	TVI24 Total											16	5	5	16	10	10	13
PS											3	2	2	6	3	3	4	
PSD											4	3	3	4	3	3	3	
CDS											3	0	0	2	2	2	1	
CDU											3	0	0	2	1	1	2	
BE											3	0	0	2	1	1	3	
Outros											0	0	0	0	0	0	0	
Total (RTPINF+SICN+ TVI24)		0	0	0	0	0	0	0	7	7	16	5	6	17	18	15	18	
PS		0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	2	3	7	5	5	6	
PSD		0	0	0	0	0	0	3	2	4	3	3	4	8	4	4	4	
CDS		0	0	0	0	0	0	2	2	3	0	0	2	3	3	2	2	
CDU		0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	1	1	1	2	
BE		0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	2	1	2	4	4	
Outros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Se subdividirmos os resultados de acordo com o arco temporal de cada legislatura, no período do governo PS, liderado por José Sócrates, verifica-se uma configuração do comentário que se pode assemelhar a um contrapoder, manifesto numa maior presença de elementos do PSD e do CDS no conjunto dos canais por cabo. A prevalência de membros destes partidos continuou a verificar-se quando ambos estiveram em coligação no governo, mas os dados parecem indicar uma nova distribuição de forças à esquerda com o aproximar das eleições de 2015.

Em termos gerais, salientamos uma composição que denota uma relação entre a representação parlamentar e a distribuição partidária do comentário. A presença dos comentadores com ligações partidárias é feita nos moldes do que podemos designar por uma representação de cariz convencional, ou seja, de origem partidária (Freire *et al*, 2004). Nenhum dos comentadores provém de um partido sem representação parlamentar, dominam os partidos de poder (PS e PSD) e regista-se uma maior presença de comentadores provenientes dos partidos de direita (PSD e CDS) do que dos partidos de esquerda (PS, CDU, BE).

Em relação aos partidos mais pequenos, destacamos a presença do CDS e do BE e a presença intermitente da CDU nos espaços de comentário dos noticiários televisivos. Estes dados estão em linha com os descritos na imprensa de referência (Figueiras, 2009). Se a presença do CDS pode ser explicada pelo facto de este partido pertencer ao arco da governação, e de ter beneficiado de um líder com um elevado capital mediático e simbólico, não alheio ao facto de Paulo Portas ter sido diretor de um dos mais influentes jornais do país, *O Independente*. Por sua vez, enquanto o BE esteve representado no comentário da RTP Notícias e da SIC Notícias, a CDU não esteve representada em nenhum dos noticiários principais destes canais nos 16 anos analisados.

Quando foi constituído como partido em 1999, o BE posicionou-se no espectro político português como uma força política com uma agenda de esquerda pós-materialista e assente em alguns temas fraturantes na sociedade portuguesa, que o distinguiram de outros partidos de esquerda, nomeadamente do PS e da CDU. Este posicionamento anti-*establishment* teve bom acolhimento nos media que, por sua vez, foi potenciado por uma estratégia de comunicação orientada pela lógica dos media (construção de eventos, uso de *sound bites* e uma performance não-convencional). Importa ainda ter em conta que alguns dos seus membros, ou elementos próximos, já eram comentadores nos media antes da constituição do BE, beneficiando assim o partido no espaço opinião na imprensa e na televisão. Tal verificou-se, por exemplo, com os casos de Miguel Portas e Fernando Rosas.

Por sua vez, com um tipo de liderança política distinta dos partidos referidos, ainda que se tenha vindo a notar diferenças nas suas práticas comunicativas, a coligação CDU mantém-se a força política representada no parlamento português com uma estratégia de comunicação menos orientada pela lógica dos media. Estes são entendidos como um meio eficaz, entre outros, para divulgar as suas mensagens, mas parte substancial da sua ação continua a ser guiada pela lógica interna do partido, pela sua própria tradição, e por contacto diretos com os seus apoiantes num conjunto variado de atividades, de onde se destaca a “Festa do Avante”.

A comunicação mediatizada tornou-se parte da cultura política, sendo cada vez mais guiada pelos seus ritmos, estéticas e exigências, o que aumenta a probabilidade de os media sentirem maiores afinidades performativas, discursivas e de imagem, com elementos provenientes de partidos com “consciência mediática”. A partilha da cultura mediática também beneficia o recrutamento

para o espaço de comentário. Isto significa, igualmente, que a comunidade de votantes e apoiantes da CDU encontra as suas perspetivas menos veiculadas e representadas nos espaços de comentário televisivo.

Em síntese, enquanto nos canais generalistas, o espaço de opinião configura-se em torno dos partidos de poder, no cabo encontramos algo próximo de uma *partidocracia*, mesmo se novamente a favor do PS e do PSD. Nos canais de televisão no cabo, as audiências são mais reduzidas e fragmentadas entre os vários canais e a diversidade de opiniões é mais acentuada. Por sua vez, os comentários emitidos nos canais generalistas alcançam um número muito mais vasto de espetadores, mas têm uma menor amplitude de opiniões. Esta aliança entre os partidos de poder e os media *mainstream* tem benefícios para as duas partes, porque ambas dirigem-se, ou pretendem dirigir-se, aos mesmos grupos de indivíduos e estão interessados em obter audiências elevadas para as suas mensagens. O comentário no horário nobre apresenta-se, assim, como uma extensão da política dominante, sob a forma de paralelismo político, e esta conformidade dos media às necessidades partidárias pode explicar porque é que os comentadores políticos são maioritariamente provenientes dos partidos de poder nos canais generalistas e por cabo, confirmando, assim, a nossa H3.

Estudos anteriores sobre o comentário na televisão assinalaram a sobre-representação de comentadores políticos de direita nos noticiários na Alemanha e na Dinamarca (Hopmann e Strömback, 2010). Durante o período de 16 anos analisado, o PS e o PSD governaram aproximadamente o mesmo número de anos e este estudo tinha a expectativa de encontrar uma presença relativamente equilibrada de comentadores políticos de centro-esquerda e de centro-direita. No entanto, os resultados não confirmaram a nossa H4 na íntegra. Quando os políticos dominavam o espaço de opinião na RTP1, houve sempre uma presença equilibrada de comentadores do centro-direita e do centro-esquerda, devido às diretrizes do órgão regulador ERC, que vinculam os meios de comunicação públicos ao equilíbrio político entre a esquerda e a direita em todos os conteúdos informativos, incluindo os de opinião. No entanto, na televisão comercial, os dados evidenciaram uma representação mais forte de comentadores políticos de direita, o que é ainda mais evidente nos canais de televisão generalista, que alcançam um público muito mais amplo.

Enquanto o modelo de intervenção mínima do estado no sector da comunicação social, defendendo a privatização dos media públicos portugueses, tem sido a perspetiva dominante dos partidos de direita (PSD e CDS), o modelo expansionista, que defende uma intervenção e regulação do setor pelo estado, tem sido uma componente do discurso dos partidos de esquerda (PS, CDU, BE) (Conde, 2018). Assim sendo, para além da tradicional relação histórica entre os meios de comunicação e os partidos políticos assente numa coalizão em torno dos partidos de poder, as alianças políticas são um fator importante no negócio dos media – especialmente em um mercado tão volátil como o português –, e esta necessidade pode também oferecer pistas explicativas da prevalência da direita no comentário em Portugal.

Considerações finais

Neste estudo sobre a opinião nos noticiários televisivos de *prime-time*, perspetivámos o comentário como um indicador da relação entre a política e os media em Portugal e ancorámos

teoricamente a nossa análise nos conceitos de pluralismo político, paralelismo político e de intervencionismo jornalístico. O estudo trabalhou com o conceito de pluralismo, porque este está associado à conceção normativa que encontra eco num conjunto de expectativas de desempenho dos media nas sociedades democráticas. Em Portugal, este princípio está legalmente enquadrado pela Lei da Televisão, nomeadamente, ao definir um pluralismo político que não se esgota num pluralismo político-partidário. Todavia, uma conceção mais pragmática da relação entre os media e a política argumenta que o pluralismo tende a assumir uma configuração próxima de um paralelismo parlamentar. Ou seja, o pluralismo tende a ser configurado pela representação partidária nos parlamentos, querendo isto dizer que tende a ser tão diverso e proporcional, quanto a diversidade e proporcionalidade partidária que compõe os parlamentos. Neste estudo utilizámos, igualmente, o conceito de intervencionismo jornalístico, uma vez que a crescente capacidade dos media em conduzir e gerir a visibilidade mediática das instituições e atores políticos, bem como a percepção que os cidadãos têm da esfera política, é cada vez mais definida pela lógica dos media, produzindo, assim, uma relação distinta entre os media e a política.

Os resultados desta investigação permitem-nos concluir que o espaço de comentário nos noticiários televisivos, em termos gerais, tem características em linha com as conclusões dos estudos sobre o comentário na imprensa de referência portuguesa (Figueiras, 2005, 2009, 2011) e sobre o pluralismo nos noticiários televisivos (ERC, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

O espaço de opinião nos noticiários televisivos generalistas e por cabo concentra-se em torno de jornalistas e de políticos e estes últimos provêm de partidos representados no parlamento português. Na televisão portuguesa é notória a divisão do espaço de opinião entre os partidos de governo (nos canais de televisão generalistas) e dos partidos com assento parlamentar (nos canais de notícias por cabo), verificando-se um processo de *lottizzazione* partidária do espaço público (Mancini, 2009). Esta compartimentação do comentário é uma manifestação de uma *partidocracia*, mais evidente nas democracias do sul da Europa, revelando uma certa forma de divisão do poder no espaço público.

Nos canais generalistas, que alcançam vastas audiências, para além do centro-esquerda e do centro-direita, não encontramos personalidades ligadas a outras correntes ideológicas e partidárias com expressão na sociedade portuguesa. Esta composição de comentadores com ligações apenas ao PSD e ao PS não corresponde a uma representação plural do campo político-partidário português, podendo esta configuração contribuir para um reforço de uma representação bipolar do sistema político (que também se verifica ao nível da cobertura jornalística centrada no governo e no maior partido da oposição). Deste modo, a configuração do comentário nos generalistas traduz também as tendências políticas das audiências, reforçando-se mutuamente. Podemos, assim, afirmar que o espaço de comentário nos noticiários das televisões generalistas parece refletir um padrão de interação que assenta na coalizão entre as elites políticas e os principais meios de comunicação. Tal como referem Mazzoleni (2004) e Antero (2015), este tipo de alianças são fundamentais para um partido ganhar eleições e manter-se como partido de poder.

Por sua vez, a coalizão dos meios *mainstream* em torno dos partidos de poder pode-se explicar pelo facto de os meios de comunicação estarem mais interessados em políticos que podem realmente chegar ao poder, que interessam a públicos mais amplos e que apoiam os pontos de vista que privilegiam um macro-contexto mais favorável para as empresas de media. Isto significa que

estas alianças ancoradas num paralelismo político também se explicam por questões de marketing, ou seja, o perfil dos comentadores também tem em linha de conta os interesses do grande públicos (Noam, 1991). Daniel Hallin (2009, p. 333) concorda ao reconhecer que, para além da dimensão política, o paralelismo é uma "estratégia comercial viável ou mesmo essencial". O conceito de paralelismo político ajuda-nos, assim, a compreender porque é que, de um modo geral e em diferentes níveis – organizacional, económico e ideológico –, os meios de comunicação estabelecem uma relação de coalizão com a classe política.

Tal como debatemos, os media têm interesse em manter uma relação próxima com o poder político, mas o poder político também tem interesse em manter uma relação próxima com os media. O destaque dado à opinião nos jornais televisivos tem conferido uma grande visibilidade ao comentário e a alguns comentadores em particular, que desempenham um papel relevante no processo de construção dos temas públicos e na formação da opinião, passando também o espaço de opinião a fazer parte da estratégia de comunicação dos partidos políticos.

Com este estudo percebemos que determinados políticos usam o comentário como uma ferramenta estratégica para construir o seu percurso político e para se destacarem na paisagem político-mediática. Percebemos, igualmente, que o comentário beneficia os partidos políticos de determinados comentadores, contribuindo para legitimarem o seu discurso na esfera pública, definirem temas nos media e moldarem a percepção pública sobre questões políticas. Em ambos os casos, políticos e partidos, aproveitam a mediatização para os seus próprios fins políticos. Podemos, assim, sugerir que o interesse de partidos e políticos nos espaços de comentário nos media, e em particular na televisão, é uma das estratégias de adaptação da política à lógica dos media. Esta estratégia permite-lhes, também, em certa medida politizar os meios de comunicação. Ou seja, marcar a agenda mediática, sugerir determinados temas para debate e enquadrar os assuntos a partir dos seus ângulos preferenciais e, que muitas vezes, influenciam a cobertura noticiosa sobre esses mesmos assuntos.

Esta tendência coabita com a mediatização da política, ou seja, com a crescente capacidade dos media em conduzir a atividade política. Olhando para o comentário como um componente importante dos noticiários e, conseqüentemente, como um conteúdo noticioso, consideramos que a crescente presença de jornalistas como comentadores pode ser perspectivada como mais uma dimensão de visibilidade jornalística e, logo, como mais uma modalidade de intervencionismo que podemos adicionar às debatidas na componente teórica deste artigo. Deste modo, os jornalistas como comentadores reforçam o poder dos media noticiosos em moldar a política de acordo com a sua própria lógica.

Como interface *do* e *de* poder, o espaço de comentário é, assim, um lugar privilegiado de análise de uma das instâncias que é, simultaneamente, central na formação da opinião pública e na representação das esferas de poder em Portugal, cuja divisão entre políticos e jornalistas nos demonstra que a mediatização crescente da política nas sociedades ocidentais, e em Portugal em particular, nomeadamente através do comentário, não tem enfraquecido a possibilidade da política também conduzir os media.

Ao colocar em evidência que os modelos de interação entre os media e a política, refletidos nos conceitos de paralelismo político e de intervencionismo jornalístico, permitem interpretar e explicar o estudo apresentado, argumentamos que a coalizão dos media em torno dos partidos do

poder e, simultaneamente, a autonomia dos meios de comunicação são ambos factores explicativos da forma como o espaço de comentário nos noticiários do *prime-time* tem evoluído ao longo do tempo. Esta conclusão indica-nos que o espaço de comentário reflete e é, igualmente, o reflexo da complexidade da relação entre os media e a política em Portugal, onde coabitam uma tradição histórica de coalizão entre o sistema político e o sistema mediático, uma orientação política em função da lógica dos media, uma cultura profissional definida pelo *ethos* jornalístico e uma orientação comercial assente numa dependência do mercado publicitário.

Referências bibliográficas

- Aalberg, T. & Curran, J. (2012). *How media inform democracy*. New York: Routledge.
- Aalberg, T.; Strömbäck, J. & De Vreese, C. (2012). The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2): 162-178.
- Albuquerque, A. (2013). Media/politics connections: beyond political parallelism. *Media, Culture & Society*, 35, 742-758.
- Altheide, D. (2013). Media logic, social control, and fear. *Communication Theory*, 23, 223-238.
- Artero, J. P. (2015). Political parallelism and media coalitions in Western Europe. *Working paper*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, (pp. 1-19).
- Blumler, J. & Gurevitch, M. (1975). Towards a comparative framework for political communications research. In S. Chaffee (ed.), *Political communication: issues and strategies for research*. London and Beverly Hills, CA: Sage.
- Blumler, J. & Gurevitch, M. (1995). *The crisis of public communication*. London: Routledge.
- Blumler, J. & Kavanagh, D. (1999). The third age of political communication: influences and features. *Political Communication*, 16, 209-230.
- Cardoso, G.; Paisana, M.; Neves, M. & Lima Quintanilha, T. (2015). *Públicos e consumo de media. O consumo de notícias e as plataformas de notícias em Portugal e em mais dez países*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Conde, N. (2018). O papel do estado português nos media. In R. Figueiras & N. Ribeiro (orgs.), *O sector dos media no espaço lusófono*. Lisboa: UCE (no prelo).
- Costa Pinto, A. (2002). Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo. *Penélope*, 26, 161-186.
- Crisóstomo, D.; Cardoso, G.; Pinto Martinho, A. & Telo, D. (2016). *Barómetro do comentário político televisivo*. EJO – European Journalism Observatory.
- Cunha, I. & Figueiras, R. (2013). Os media e as eleições em Portugal: representações de partidos, candidatos e candidata. In H. Telles & A. Moreno, *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina* (pp. 531-565). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Donsbach, W & Patterson, T. (2004). Political news journalists: partisanship, professionalism and political roles in five countries. In F. Esser & B. Pfetsch, *Comparing political communication. theories, cases and challenges* (pp. 251-270). New York: Cambridge University Press.

- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2011). *Relatório do pluralismo político-partidário*. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2012). *Relatório do pluralismo político-partidário*. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2013). *Relatório do pluralismo político-partidário*. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2014). *Relatório do pluralismo político-partidário*. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2015). *Relatório do pluralismo político-partidário*. Lisboa: ERC.
- Esser, F. & Strömbäck, J. (eds.) (2014). *Mediatization of politics. Understanding the transformation of western democracies*. New York: Palgrave Macmillan.
- Farnsworth, S. & Lichter, R. (2006). *The nightly news nightmare: television's coverage of U.S. presidential elections, 1988-2004*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Figueiras, R. (2005). *Os Comentadores e os media. Os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Figueiras, R. (2009). *O comentário político e a política do comentário*. Lisboa/São Paulo: Paulus Editora.
- Figueiras, R. (2011). Press pundits and portuguese society. *Journalism: Theory, Practice, and Criticism*, 12(3), 317-333.
- Figueiras, R. (2014). O sistema dos media em Portugal no contexto da globalização do século XXI. In I. Cunha & E. Serrano (orgs.), *Cobertura jornalística da corrupção política* (pp. 176-195). Lisboa: Altheia.
- Figueiras, R. (2017a). *A mediatização da política na era das redes sociais*. Lisboa: Altheia.
- Figueiras, R. (2017b). Primetime consociation: portuguese punditry in between media independence and political patronage. *European Journal of Communication*, 32(4), 312-332.
- Freire, A.; Costa Lobo, M. & Magalhães, P. (orgs.) (2004). *Portugal a votos*. Lisboa: ICS.
- Grabe, M. E. & Bucy, E. (2009). *Image bite politics: news and the visual framing of elections*. New York: Oxford University Press.
- Hallin, D. (1992). Sound bite news: television coverage of elections, 1968-1988. *Journal of Communication*, 42(2), 5-24.
- Hallin, D. & Papathanassopoulos, S. (2002). Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, Culture & Society*, 24, 175-195.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, D. (2009). Not the end of journalism history. *Journalism*, 10, 332-334.

- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Comparing media systems beyond the western world*. New York: Cambridge University Press.
- Hopmann, D. & Strömbäck, J. (2010). The rise of the media punditocracy? Journalists and media pundits in danish election news 1994-2007. *Media, Culture & Society*, 32(6): 943-960.
- Mancini, P. (2009). *Elogio della lottizzazione. La via italiana al pluralismo*. Bari: Laterza.
- Mancini, P. (2012). Instrumentalization of the media vs. political parallelism. *Chinese Journal of Communication*, 5(3),1-19.
- Marcinkowski, F. (2014). Mediatization of Politics: Reflections on the State of the Concept. *Javnost – the public*, 21(2), 5-22.
- Martins, L. O. (2015). *Concentração dos media e pluralismo*. Covilhã: LabCom.
- Mazzoleni, G. (2004). Media e populismo: Alleati o Nemici?. *Working Papers del Dipartimento di Studi Sociali e Politici*, 4, 1-12.
- Mazzoleni, G. & Schulz, W. (1999). «Mediatization» of politics: A Challenge for democracy?. *Political Communication*, 16, 247-261.
- Noam, E. (1991). *Television in Europe*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Norris, P. (2000). *The virtuous circle. Political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Popescu, M.; Gosselin, T. & Santana Pereira, J. (2011). *European media systems survey 2010*. Colchester, UK: Department of Government, University of Essex.
- Seymour-Ure, C. (1998). Are the broadsheets becoming unhinged?. In J. Seaton (ed.), *Politics & the media: harlots and prerogatives at the turn of the millenium*. Oxford: Blackwell.
- Strömbäck, J. (2008). Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. *The International Journal of Press/Politics*, 13(3), 228-246.